



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO – TERMO DE CESSÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. XX/2021

EDITAL Nº. XX/2022

CONTRATO Nº XXXX/2022

PREÂMBULO - DAS PARTES:

São partes contratantes:

De um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ. nº.46.151.718/0001-80, com sede na Praça James Mellor, s/nº, Centro, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEANDRO MAFFEIS MILANI**, RG nº 27.167.135-X, CPF/MF nº 290.413438-73, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade de Birigui-SP, doravante denominada **CONTRATANTE CONCEDENTE** e,

De outro lado, **XXXXXXXXXXXX**, CNPJ/CPF nº. XXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX, Estado de São Paulo, neste ato, representada por seu XXXXXXXX, o Sr. **XXXXXXXXXXXX**, RG nº XXXXXXXX SSP/SP, CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA 1ª - DO AMPARO LEGAL

1.1 - O presente Contrato Administrativo é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações, Lei Municipal nº 6.422/2017, bem como pela Lei Orgânica do Município, aplicando-se supletivamente as disposições de direito privado, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de **Concorrência Pública**, registrado sob nº ____/2021, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada pela ora **Contratada**, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

2.1 – **CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO, RELATIVO A 06 (SEIS) IMÓVEIS LOCALIZADOS NA PRAÇA DR. GAMA (QUIOSQUES), DESTINADOS À EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE PRESTEM SERVIÇOS DE**



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

ALIMENTAÇÃO (COMO POR EXEMPLO, LANCHONETE, RESTAURANTE, SORVETERIA, CANTINA, CAFETERIA COM COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS, ETC.) E PARA OUTRAS FINALIDADES - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado, se houver interesse de ambas as partes, e que atenda as especificações do Termo de Referência constante no Anexo II do Edital, referente à Concorrência Pública nº ____/2021.

2.2 – O presente contrato refere-se ao quiosque de nº, situado à Praça Dr. Gama, nesta cidade de Birigui-SP.

CLÁUSULA 3ª - DO PREÇO

3.1 - A Contratada obriga-se a fazer o desembolso mensal referente ao objeto deste contrato com base nos preços ofertados e registrados na sua proposta comercial datada de ____/____/2022.

3.1.1 - Dá-se, assim, ao presente contrato o valor mensal de: R\$_____
(_____), perfazendo o valor total de R\$_____ (_____) para os primeiros 12 (doze) meses.

3.1.1.1 - A remuneração pela Concessão de uso do bem terão reajuste após decorridos 12 (doze) meses da celebração do Termo de Concessão de Uso, tendo como base a variação acumulada do índice IPCA - IBGE ou outro que venha substituí-lo, tomando-se por base o mês da assinatura do contrato apurada no período anterior ao do reajuste.

CLÁUSULA 4ª - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento à Prefeitura deverá ser em parcelas mensais, através de boletos emitidos pela Secretaria de Finanças, referente aos primeiros 12 (doze) meses contratados.

4.1.1 - Os boletos referentes aos meses seguintes serão entregues em momento oportuno após apurar o reajuste a que se refere o item 3.1.1.1 do presente contrato.

CLÁUSULA 5ª – DAS PENALIDADES

5.1 - O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual < www.birigui.sp.gov.br >, menu “Legislação”, bem como neste instrumento contratual.

5.2 - A recusa injustificada em assinar o contrato, por parte da contratada convocada para esse fim,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

caracterizará o total descumprimento da obrigação assumida, e sujeitará a infratora à suspensão de seu direito de participar de procedimentos licitatórios e ao impedimento de contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** por prazo não inferior a 02 (dois) anos.

5.3 - As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras sendo que o total das multas não poderá exceder o montante de 20% do valor do contrato a ser firmado.

CLÁUSULA 6ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - A Concessão será rescindida:

6.1.1 – Findo o prazo estipulado, independente de notificação ou aviso;

6.1.2 - A qualquer tempo e independentemente de qualquer formalidade, judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) incêndio, desabamento ou qualquer incidente que sujeite o imóvel a obras de reconstrução parcial ou total, ou que impeça, o uso dos imóveis por mais de 90 (noventa) dias;

b) no caso da Concessionária transferir a presente Concessão a terceiros, no todo ou em parte;

c) descumprimento de qualquer das obrigações da CONCESSIONÁRIA e sempre que se revelar conveniente e oportuno para Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA 7ª - DIVERSOS

7.1 - A **Prefeitura** poderá prorrogar o presente contrato, se houver interesse, conforme autorização do art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

7.2 - Farão parte do presente contrato naquilo que não conflitarem com os termos deste contrato, o Edital da Concorrência Pública nº ____/2021 e a proposta da **Contratada**, obedecendo esta ordem de preferência e valor.

7.3 - Subsidiariamente, aplica-se aos casos omissos neste, o disposto na Lei nº 8666/93, suas alterações e legislação nacional vigente.

CLÁUSULA 8ª – DA GESTÃO

8.1 Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, fica(m) definidos(s) com gestor(es) do presente contrato a(s) Sr.(s) _____, lotado(s) no(s) cargo(s) respectivamente de _____, ou outro(s) que venha(m) substituí-lo(s) para fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

8.2 A gestão do Contrato de Concessão de Uso será exercida pela Secretaria de Administração e Finanças do Município, que fiscalizará permanentemente o atendimento das condições da presente Concessão de Uso, podendo, para tanto, requisitar documentos, vistoriar todos os ambientes do local e determinar a tomada de todas as providências que se façam necessárias a regularização das irregularidades encontradas, fixando prazo para cumprimento.

CLÁUSULA 9ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS QUIOSQUES

9.1 – Do funcionamento do quiosque:

9.1.1 – Horário de atendimento:

9.1.1.1 – A CONCESSIONÁRIA poderá manter aberto o quiosque durante toda a semana, nos horários permitidos na Legislação Municipal

9.1.1.2 – O som ambiente é permitido, porém quanto ao som ao vivo só será permitido desde que a CONCESSIONÁRIA solicite administrativamente mediante requerimento entregue no setor de protocolo do CONCEDENTE, atendendo todos os requisitos necessários para a obtenção de autorização, tendo preferência no atendimento do pedido, àquela CONCESSIONÁRIA que primeiro protocolar seu pedido.

9.2 – Das refeições:

9.2.1 – A CONCESSIONÁRIA observará a legislação vigente quanto à temperatura e manipulação dos alimentos;

9.2.2 – Todos os gêneros, condimentos ou quaisquer outros componentes utilizados na elaboração das refeições, bem como de seus acompanhamentos e complementos, deverão ser de boa qualidade, encontrando-se em perfeitas condições de conservação, higiene, apresentação e dentro do prazo de validade estabelecido pela legislação em vigor e estado pelo fabricante ou fornecedor;

9.2.3 – Os valores referentes aos produtos e serviços oferecidos obedecerão aos preços de mercado;

9.2.4 – É permitida a comercialização de bebidas alcoólicas em lata ou em chope, exceto para menores de 18 (dezoito) anos;

9.2.5 – É proibida a comercialização de derivados de tabaco (cigarro e outros);

9.2.6 – A CONCESSIONÁRIA fornecerá gratuitamente, o produtos descartáveis necessários aos usuários da lanchonete.

9.3 – Do atendimento aos usuários:

9.3.1 – A CONCESSIONÁRIA afixará em local visível e de fácil acesso, tabela de preços dos produtos ofertados, os quais deverão ser compatíveis com os praticados no mercado;

9.3.2 – A CONCESSIONÁRIA disponibilizará, caso achar conveniente, um ou mais garçons



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

para atendimento, que deverão estar uniformizados e com aparência pessoal adequada;

9.3.3 – Todos os funcionários do quiosque deverão utilizar algum tipo de identificação (ex: camiseta, boné, crachá, jaleco).

9.4 – Do uso dos banheiros:

9.4.1 – Durante o horário de abertura dos quiosques, os banheiros permanecerão com livre acesso para os usuários dos mesmos, sendo obrigatoriamente fechado à chave, quando o quiosque não estiver em funcionamento;

9.4.2 – A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar, as suas expensas, material de higiene e limpeza que serão utilizados nos banheiros;

9.4.3 – Cabe a CONCESSIONÁRIA fiscalizar diariamente os banheiros, pelo menos uma vez por turno em que os estabelecimentos estiverem abertos (manhã, tarde e noite), para assegurar-se da manutenção da limpeza, repondo o que for necessário;

9.4.4 – É obrigação da CONCESSIONÁRIA manter os banheiros limpos e asseados durante todo o período de uso dos mesmos;

9.4.5 – Caso houver dano a algum equipamento instalado nos banheiros, deverão ser repostos em até 05 (cinco) dias úteis, sendo o custo desta troca da CONCESSIONÁRIA;

9.4.6 – Os quiosques de nº 02 e 03 e os quiosques de nº 04 e 05 irão compartilhar o uso dos banheiros, todas as despesas com materiais de higiene e limpeza, manutenção e reparos serão rateados entre as CONCESSIONÁRIAS destes respectivos quiosques, salvo para a CONCESSIONÁRIA dos quiosques nº 01 e 06, que deverão custar todas as suas despesas.

CLÁUSULA 10ª – DA EXCLUSIVIDADE DO USO:

10.1 – O uso do imóvel objeto da presente licitação destina-se exclusivamente à exploração comercial dos ramos de atividades elencados no objeto da presente licitação;

10.2 – Qualquer outro tipo de comércio, deverá ser precedido de autorização prévia do município de forma escrita.

CLÁUSULA 11ª – DAS NORMAS SANITÁRIAS E PADRONIZAÇÃO:

11.1 – A preparação dos alimentos servidos nos quiosques obedecerão a legislação vigente em relação a todos os procedimentos relacionados a um serviço de alimentação coletiva, bem como às condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação.

11.2 – Todos os gêneros, condimentos ou quaisquer outros componentes utilizados na elaboração das refeições serão de qualidade, devendo encontrar-se em perfeitas condições de conservação, higiene e



apresentação, sendo submetidos ao gestor do Termo de Concessão de Uso, quando solicitado, para avaliação, inclusive quanto à documentação de procedência.

11.3 – A CONCESSIONÁRIA providenciará, sempre que necessário ou por meio de notificação do CONCEDENTE, às suas expensas, a desinsetização e desratização do espaço sob sua responsabilidade, através de empresa especializada.

11.4 - Asseio e conservação:

11.4.1 – O asseio diário da estrutura física dos banheiros privativos dos quiosques, bem como dos equipamentos e utensílios utilizados, serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, devendo os pisos e demais instalações estar, sempre, impecavelmente limpos. Caso constatada a necessidade da aplicação de produto antiderrapante no piso da área sob regime de Concessão, a responsabilidade por tal ônus caberá à CONCESSIONÁRIA;

11.4.2 – Todas as mesas do estabelecimento comercial (se houver) estarão, sempre, rigorosamente limpas, com a utilização de produtos apropriados. Antes da ocupação por novos usuários serão, novamente, higienizadas;

11.4.3 – A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a legislação reguladora da espécie em vigor, e, em especial, às normas da Resolução nº 216/2004 – ANVISA, que trata das “Boas Práticas para Serviços de Alimentação”, devendo ser implementados os Procedimentos Operacionais Padronizados – POPs a seguir:

- a) higienização de instalações, equipamentos e móveis;
- b) controle integrado de vetores e pragas urbanas;
- c) higienização do reservatório;
- d) higiene e saúde dos manipuladores (funcionários da CONCESSIONÁRIA).

11.5 – A CONCESSIONÁRIA deve prover o local de mesas e cadeiras novas ou em excelente estado de conservação e em quantidade suficiente para o atendimento dos usuários, se assim a atividade desenvolvida prescindir destes equipamentos. Todas as mesas e cadeiras deverão ter o mesmo padrão (cor, tamanho e modelo).

CLÁUSULA 13ª - DO CONTROLE DE QUALIDADE, CAPACITAÇÃO DO PESSOAL E FISCALIZAÇÃO:

13.1 - O controle de qualidade será exercido pela gestão do Termo de Uso. Qualquer liberalidade, ou mesmo a omissão do gestor, não exonera a CONCESSIONÁRIA da sua responsabilidade.

13.2 – Dentre outras atribuições, o gestor do Termo de Concessão de Uso orientará e fiscalizará a CONCESSIONÁRIA na implementação de sistema de controle de qualidade, visando à qualificação de fornecedores e funcionários, bem como à qualidade no atendimento, qualidade do produto,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

condições de conservação e segurança e razoabilidade dos preços praticados.

13.3 – A gestão do Termo de Concessão de Uso fará inspeções periódicas para a verificação do adequado uso do espaço e da correta prestação dos serviços, determinando, caso necessário, as correções ou melhorias para o aprimoramento da execução do termo, em prazo a ser definido pela gestão do Termo de Concessão de Uso.

13.4 – Em caso de discordância, a CONCESSIONÁRIA manifestar-se-á por escrito, em 03 (três) dias úteis, contadas da ciência da determinação da gestão do Termo de Concessão de Uso, apondo o motivo que embasa sua inconformidade.

13.5 – O exame dessas razões será realizado pela gestão do Termo de Concessão de Uso, que decidirá, por escrito, pela retirada da determinação, por sua adequação ou pela obrigatória adoção da medida. Neste último caso, a CONCESSIONÁRIA poderá recorrer ao superior hierárquico do CONCEDENTE.

13.6 – A CONCESSIONÁRIA oferecerá aos seus funcionários uniformes e equipamentos adequados, principalmente no que respeita à higiene e à segurança, de acordo com a natureza do trabalho e respeitada a legislação vigente. A limpeza do uniforme, bem como dos demais equipamentos, é da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

13.7 – Os empregados da CONCESSIONÁRIA usarão obrigatoriamente equipamentos adequados para evitar contato de pelos com as comidas e bebidas.

13.8 – A CONCESSIONÁRIA afastará imediatamente da área do objeto da Concessão de uso qualquer empregado ou preposto que não observe os preceitos legais de higiene, apresente sintomas de doença ou que venha a criar embaraços à fiscalização.

CLÁUSULA 14ª - DAS CONDIÇÕES DE USO DAS INSTALAÇÕES E DO MOBILIÁRIO:

14.1 – A área cuja Concessão é outorgada inclui, pia e balcão de granito, os quais serão disponibilizados à CONCESSIONÁRIA, ficando sob sua exclusiva responsabilidade qualquer complementação necessária à execução do objeto (quer se trate de equipamentos, máquinas, utensílios, móveis, ou quaisquer outros produtos, ou, ainda, serviços), mediante expressa anuência do gestor do Termo de Concessão de Uso.

14.2 – A CONCESSIONÁRIA será a responsável pelo uso, guarda, conservação e manutenção dos mobiliários.

14.3 – Ocorrendo sinistro, a CONCESSIONÁRIA providenciará o reparo dos danos causados aos materiais, produtos e instalações do CONCEDENTE e arcará com os custos decorrentes.

14.4 – Findo o Termo de Concessão de Uso, a CONCESSIONÁRIA deverá devolver o bem, devidamente limpo, higienizado, desratizado, desinsetizado, com a forma estrutural recebida e pintada,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

em perfeito estado de conservação e uso, bem como apresentar as contas de água e energia quitadas referente ao período que figurou como CONCESSIONÁRIA, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA 15ª - DO ESPAÇO FÍSICO DA CONCESSÃO DE USO E SUA MANUTENÇÃO:

15.1 – A CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção preventiva, corretiva e preditiva do espaço de Concessão de uso.

15.2 – A CONCESSIONÁRIA é responsável inclusive pela limpeza, manutenção e conservação da área externa do imóvel até 3 metros da construção que deverá estar limpo por completo, especialmente recolhimento e destino correto do lixo. Considera-se área externa aquela compreendida num raio de 3 metros da construção em todos os sentidos (calçadas, pátio e grama).

15.3 – Não é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a vigilância e segurança dos frequentadores da praça.

CLÁUSULA 16ª - DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA:

16.1 – Constituem direitos do Município Concedente:

16.1.1 - Ter funcionando, no local da Concessão, bar, lanchonete e outros, com a correspondente prestação de serviços, por parte da CONCESSIONÁRIA, na forma ajustada;

16.1.2 - Receber da CONCESSIONÁRIA a remuneração pelo uso do espaço, na forma e no prazo convencionado;

16.1.3 - Ter livre acesso, por servidores credenciados, às instalações objeto da Concessão, para fins de fiscalização e/ou realização de eventuais reparos de sua responsabilidade.

16.1.4 - Fazer a manutenção e limpeza da praça como um todo, excetuando neste caso os locais sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

16.2 – Constituem direitos da CONCESSIONÁRIA:

16.2.1 - Utilizar o espaço e o mobiliário colocados à sua disposição, para exploração de sua atividade comercial;

16.2.2 - Cobrar dos usuários, em virtude de suas atividades comerciais, preços condizentes com a realidade do mercado local.

CLÁUSULA 17ª – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA:

17.1 – Constituem obrigações do Município CONCEDENTE::



17.1.1 – Permitir o uso do espaço, destinado única e exclusivamente à instalação e exploração de bar, lanchonete e outros, à CONCESSIONÁRIA, bem como fornecer a ela construção em bom estado (espaço físico e banheiros);:

17.1.2 – Entregar o local de acordo com as exigências das normas da legislação sanitária em vigor;

17.1.3 – Propiciar à CONCESSIONÁRIA as condições necessárias a regular execução do Termo de Concessão de Uso;

17.1.4 – Fiscalizar a execução do Termo de Concessão de Uso, mediante inspeções periódicas, a fim de verificar o adequado uso do espaço e a correta prestação dos serviços, inclusive quanto à sua qualidade.

17.1 – Constituem obrigações da CONCESSIONÁRIA:

17.1.1 – Usar o espaço objeto da Concessão de uso, para exploração da atividade comercial de lanchonete, restaurante, sorveteria, cantina, cafeteria como comercialização de livros, jornais, revistas e outras atividades, na forma ajustada e de acordo com as especificações do Edital de Licitação, respeitando, ainda, a legislação pertinente, bem como se sujeitando às orientações e determinações da gestão do Termo de Concessão de Uso e às normas e regulamentos administrativos;

17.1.2 – Efetuar os pagamentos na forma ajustada;

17.1.3 – Arcar com despesas de energia elétrica, água e gás, quantificado nos medidores instalados junto ao espaço ocupado;

17.1.3.1 – A Concessionária deverá solicitar a CPFL a instalação do relógio e ligação da energia elétrica em seu nome;

17.1.4 – Manter, durante toda a execução do Termo de Concessão de Uso, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.1.5 – Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da presente Concessão de uso, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE desse ajuste;

17.1.6 – Apresentar, durante a execução do Termo de Concessão de Uso, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente Termo de Concessão de Uso, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

17.1.7 – Submeter, ao CONCEDENTE, quaisquer cartazes e outros materiais gráficos que pretende afixar no local, para aprovação;

17.1.8 – Cumprir as normas relativas a posturas, saúde, meio ambiente, segurança, metrologia, edificações, bem como quaisquer outras que tenham conexão com a atividade desenvolvida;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

17.1.9 – Cumprir as determinações constantes deste Anexo, de modo que não haja reclamações dos usuários;

17.1.10 – Oferecer aos seus empregados uniforme e equipamentos adequados, principalmente no que respeita à higiene e à segurança, para o desempenho das tarefas e asseio, de acordo com a natureza do trabalho e respeitada a legislação vigente;

17.1.11 – Manter o espaço e os mobiliários em perfeito estado de conservação e funcionamento;

17.1.12 – Prover o local, caso entender necessário, de mesas e cadeiras novas ou em excelente estado de conservação e em quantidade suficiente para o atendimento do público, se o caso;

17.1.13 – Responsabilizar-se fiel e diligentemente pela ordem, vigilância, conservação e limpeza dos objetos e da área de Concessão;

17.1.14 – Permitir a fiscalização pelo CONCEDENTE;

17.1.15 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

17.1.16 – Responsabilizar-se pela segurança de suas mercadorias, equipamentos e mobiliário;

17.1.17 – Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho de que venham a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, nas dependências do CONCEDENTE, devendo obedecer às normas internas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, bem como quaisquer outras que disciplinem as atividades internas, inclusive, quanto ao fornecimento, a seus empregados, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários;

17.1.18 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Concessão de Uso, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONCEDENTE;

17.1.19 – Quando revogado o Termo de Concessão de Uso, a CONCESSIONÁRIA deverá restituir o espaço, incluindo os equipamentos a ela disponibilizados, em perfeito estado de conservação e uso, ressalvado o desgaste natural, responsabilizando-se pelo reparo, conserto ou substituição de quaisquer bens que se mostrem avariados, danificados ou, de qualquer forma, impróprios ao uso normal que deles se espera.

CLÁUSULA 18ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS

18.1 – O risco do negócio é de responsabilidade total e exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

18.2 – O CONCEDENTE não se responsabiliza por qualquer débito assumido pelos usuários do estabelecimento.

CLÁUSULA 19ª - DO FORO



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência judicial que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

19.2 - E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

Birigui-SP, ao XX dia de XXXXXX de 2022.

Leandro Maffei Milani
Prefeito do Município de Birigui

XXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXX

Milton Paulo Boer
Secretário de Administração

= T E S T E M U N H A S =

1- _____
RG: _____

2- _____
RG: _____